

XII Encontro Economia do Ceará em Debate

Samuel de Abreu Pessoa

18 de novembro de 2016

PLANO DA APRESENTAÇÃO

- **Problema estrutural das finanças públicas**
- **Natureza da desaceleração econômica no primeiro mandato da presidente Dilma**
- **Agravamento da crise no segundo semestre de 2014**
- **Economia política brasileira e estratégia da PEC**
- **A PEC e o gasto social**
- **O problema das finanças públicas estaduais**
- **Considerações finais**

PROBLEMA ESTRUTURAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Taxas anualizadas de crescimento real (%)

Discriminação Variação % Constantes	1998 - 2010	2011 - 2014	2014	2015
RECEITA TOTAL	6,8	2,4	-0,9	-4,0
RECEITA LÍQUIDA RECORRENTE	6,3	2,8	1,0	-2,0
DESPESA TOTAL	6,5	5,6	6,5	-0,8
PIB	3,2	2,2	0,1	-3,8

Fonte: MF/STN; BCB. Elaboração FGV/IBRE

PROBLEMA ESTRUTURAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS

	Pessoal	INSS	Custeio e subsídios	LOAS/BPC	Seguro-Desemprego e Abono Salarial	Bolsa Escola, Vale Gas, Bolsa Família.	Custeio Saúde e Educação	Investimento	Total gasto social e INSS	TOTAL
1991	3,8%	3,4%	1,0%	0,0%	0,5%	0,0%	1,5%	0,7%	5,5%	11,0%
1992	3,9%	4,3%	0,5%	0,0%	0,5%	0,0%	1,6%	0,7%	6,4%	11,5%
1993	4,5%	4,9%	0,6%	0,0%	0,5%	0,0%	1,8%	0,6%	7,2%	13,0%
1994	5,1%	4,9%	0,9%	0,0%	0,5%	0,0%	1,9%	0,5%	7,4%	13,9%
1995	5,1%	4,6%	0,9%	0,0%	0,5%	0,0%	2,0%	0,5%	7,1%	13,6%
1996	4,8%	4,9%	0,8%	0,0%	0,5%	0,0%	1,8%	0,7%	7,2%	13,5%
1997	4,3%	5,0%	1,4%	0,1%	0,5%	0,0%	1,9%	0,8%	7,5%	14,0%
1998	4,6%	5,5%	1,3%	0,1%	0,5%	0,0%	2,2%	0,8%	8,3%	15,0%
1999	4,5%	5,5%	1,6%	0,1%	0,5%	0,0%	1,8%	0,5%	7,9%	14,5%
2000	4,6%	5,6%	1,5%	0,2%	0,5%	0,0%	1,8%	0,7%	8,0%	14,7%
2001	4,8%	5,8%	1,1%	0,2%	0,5%	0,2%	1,8%	1,2%	8,5%	15,6%
2002	4,8%	6,0%	1,2%	0,2%	0,5%	0,2%	1,8%	1,0%	8,7%	15,7%
2003	4,5%	6,3%	1,3%	0,3%	0,5%	0,2%	1,7%	0,4%	9,0%	15,1%
2004	4,3%	6,5%	1,3%	0,3%	0,5%	0,4%	1,7%	0,6%	9,4%	15,6%
2005	4,3%	6,8%	1,6%	0,4%	0,6%	0,4%	1,8%	0,6%	9,9%	16,4%
2006	4,5%	7,0%	1,5%	0,4%	0,7%	0,5%	1,7%	0,7%	10,2%	17,0%
2007	4,4%	7,0%	1,6%	0,4%	0,7%	0,5%	1,8%	0,8%	10,4%	17,1%
2008	4,3%	6,6%	1,2%	0,5%	0,7%	0,5%	1,8%	0,9%	10,0%	16,4%
2009	4,7%	6,9%	1,2%	0,5%	0,8%	0,5%	1,9%	1,0%	10,7%	17,7%
2010	4,4%	6,8%	1,3%	0,5%	0,8%	0,5%	2,0%	1,1%	10,6%	17,4%
2011	4,3%	6,8%	1,3%	0,6%	0,8%	0,5%	2,0%	1,1%	10,8%	17,5%
2012	4,2%	7,2%	1,4%	0,7%	0,9%	0,6%	2,2%	1,1%	11,6%	18,3%
2013	4,2%	7,4%	1,8%	0,7%	0,9%	0,6%	2,2%	1,0%	11,8%	18,9%
2014	4,3%	7,7%	2,4%	0,8%	1,0%	0,6%	2,2%	1,2%	12,3%	20,1%
Variação	0,5%	4,3%	1,3%	0,8%	0,5%	0,6%	0,7%	0,5%	6,8%	9,1%
Por ano	0,02%	0,19%	0,06%	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%	0,02%	0,30%	0,39%

NATUREZA DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA DILMA I

- Na virada de Lula II para Dilma I a economia crescia a 3,5% ao ano
- Em 2014 o crescimento foi de 0,1%
- A desaceleração ocorreu concomitantemente com os seguintes fenômenos:
 - A taxa de crescimento da demanda (consumo e investimento) sempre esteve acima da taxa de crescimento da produção
 - Juros reais elevados
 - Inflação pressionada apesar do congelamento dos preços administrados
 - Piora continuada do déficit externo, até US\$104 bilhões de déficit em 2014
 - Piora continuada do déficit público primário até o déficit de 1,5% do PIB (ou R\$90 bilhões a preços de hoje)
 - Continuada queda da taxa de desemprego com salários subindo além da produtividade
- **TODOS SÃO SINAIS DE QUE A PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA DESPENCOU**

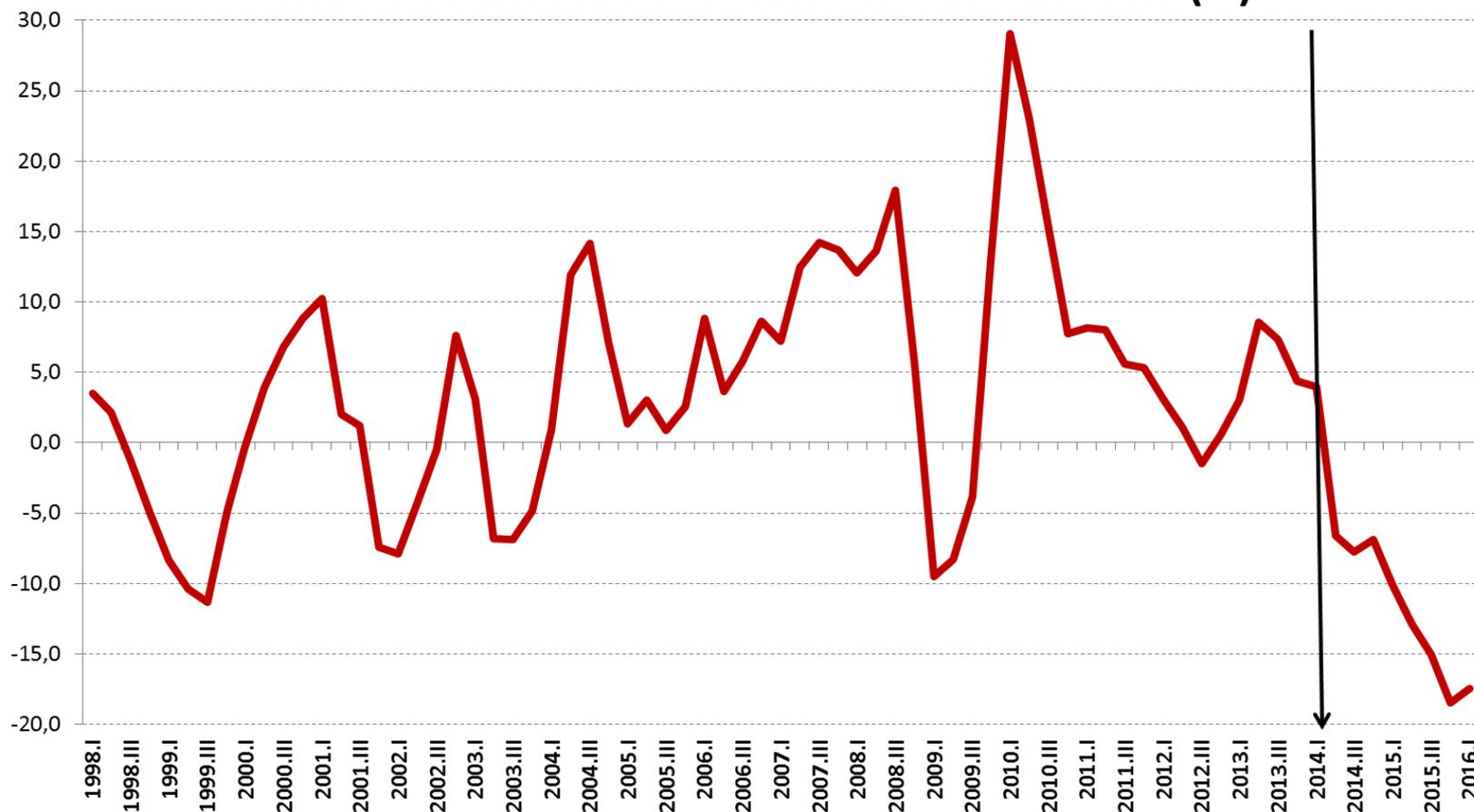
NATUREZA DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA DILMA I

Taxas anualizadas de crescimento do produto real (%) – Fonte: FMI

	1985-1994	1995-2002	2003-2010	2011-2014	2011-2016
Mundo	3,3	3,5	4,2	3,6	3,5
A.L. ex Brasil	3,0	2,1	4,1	3,5	3,1
Brasil	2,8	2,4	4,0	2,2	0,3
Termos de troca - Brasil	82	100	102	121	117

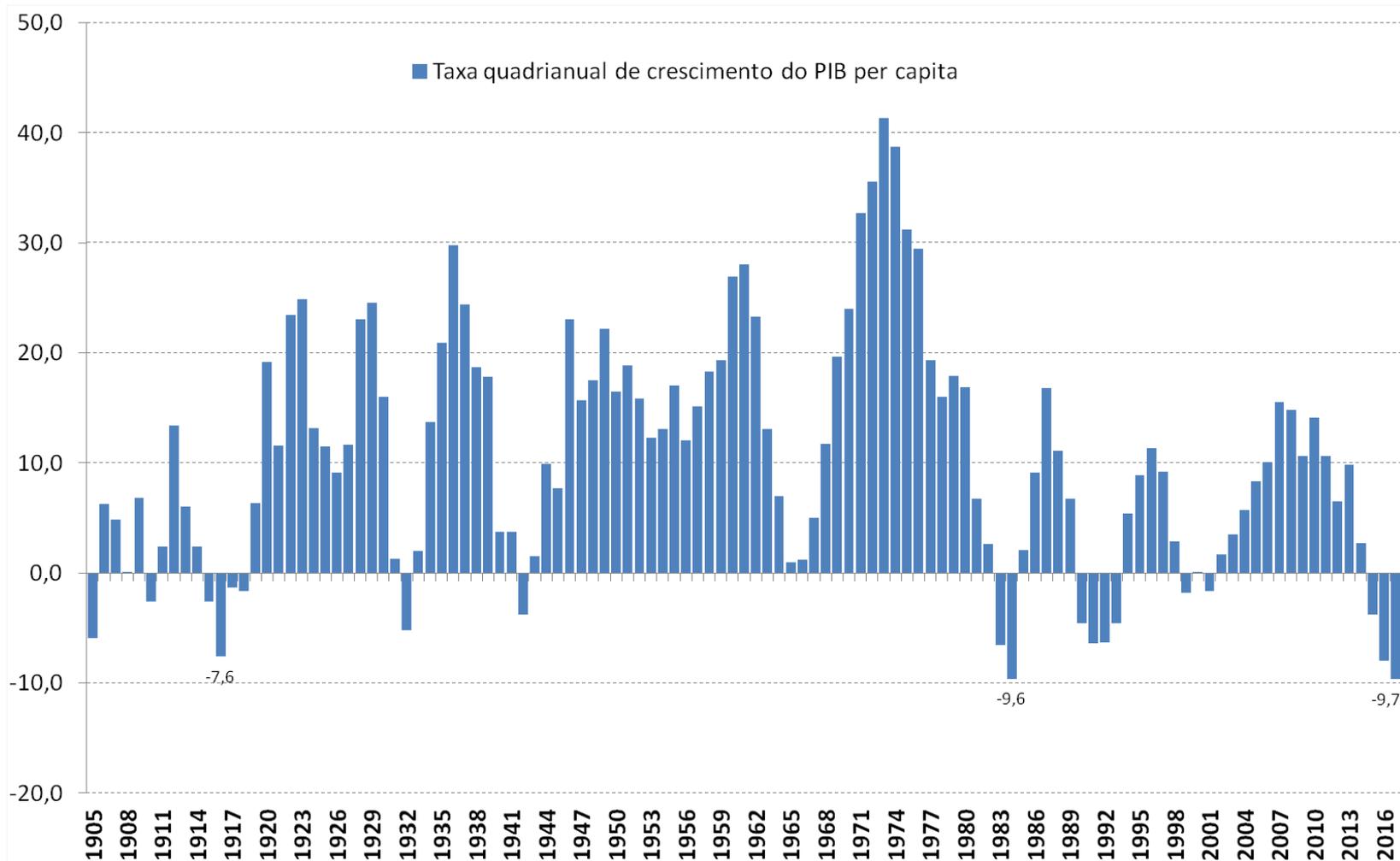
AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO INVESTIMENTO Trimestre ante mesmo trimestre ano anterior (%)



AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

Pior crise dos últimos 120 anos



AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- Segundo nossas previsões a renda per capita no quadriênio 2014-2017 recuará 9,7%
- O pior quadriênio anterior desde 1900 foi o quadriênio 1981-1984 quando a renda per capita recuou 9,6%
- Competição macabra

- **POR QUE MOTIVO O INVESTIMENTO DESPENCOU? DOIS MOTIVOS**
 - Esgotamento de diversos programas da NME
 - A NME tinha como pressuposto que a capacidade financeira do Estado Brasileiro – Tesouro, Bancos Públicos e Estatais – era ilimitada
 - Suposto parecido tinham os militares na segunda metade da década de 70 com relação à capacidade de financiamento externo dos projetos do II PND
 - Exaustão do modelo da NME:
 - A Petro em sete anos multiplicou sua dívida por 4-5 (depende do câmbio) e sua produção de petróleo subiu menos de 25%: o investimento da Petro chegou a representar 10% do investimento do país!
 - A indústria naval quebrou pois não é possível eternamente o BNDES financiar compra de navios pelo dobro ou triplo do preço internacional
 - Mesmo argumento vale para MCMV
 - Indústria automobilística: sobreinvestimento nos anos da NME

- **POR QUE MOTIVO O INVESTIMENTO DESPENCOU? DOIS MOTIVOS**
 - Expectativas
 - Em 2014 o déficit primário divulgado foi de 0,6% do PIB (despedalado deu 1,5% do PIB)
 - A dívida pública era de 60% do PIB
 - A razão dívida-PIB cresce, em condições normais, a 4% ao ano (4% sobre uma base de 60% do PIB resultado 2,4% do PIB)
 - O buraco fiscal era de 3% do PIB (2,4+0,6)
 - Dívida cresce como bola de neve: a sociedade não consegue resolver seu conflito distributivo de forma civilizada

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- **TERIA SIDO O ENDIVIDAMENTO?**
- O endividamento cresceu, apesar da queda da rentabilidade, pois o custo do investimento (BNDES) caiu muito
 - O Tesouro emprestou 10% do PIB ao BNDES
 - Houve troca de fontes próprias de financiamento por dívida barata
- Adicionalmente, não há sinais de que o endividamento externo das empresas seja excessivo
 - A posição em janeiro de 2016 das empresas excluindo Petro e Vale era de dívida externa de 4,3% do PIB, para exportações líquidas, também excluindo Vale e Petro de 7% do PIB

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- **TERIA SIDO O AJUSTE FISCAL DE JOAQUIM LEVY?**
- O impulso fiscal em 2015 foi de -1% do PIB
- O PIB caiu em relação ao valor de 2014 3,8%
- O multiplicador fiscal teria que ser de 4
- Não faz sentido em economias como a Brasileira: juros reais elevados e inflação elevada
- Para piorar em 2014 houve impulso fiscal positivo de 2% do PIB
- O impacto sobre 15 do impulso positivo em 14 é maior do que o impacto sobre 15 da contração fiscal de 15: a política fiscal sobre 15 foi expansionista!
- A tese do austericídio – razoável para os países da periferia europeia – é sem sentido para o Brasil
- De fato, vimos que o agravamento da crise começou no início de 2014
- Adicionalmente a inflação ainda encontra-se muito elevada principalmente a inflação de preços livres

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

A pobreza da tese de austericídio em 2015 para o Brasil

	Média Anual			
	juro real		Imp. Fiscal	Cresc. PIB
	<i>swap</i>	<i>selic</i>		
2001	15,5	14,3		1,4
2002	18,4	13,2		3,1
2003	14,3	15,4	-1,4	1,1
2004	11,2	10,5	0,3	5,8
2005	13,1	14,1	-0,3	3,2
2006	10,0	10,8	0,4	4,0
2007	7,7	8,2	0,5	6,1
2008	8,7	7,6	0,1	5,1
2009	5,6	5,6	0,3	-0,1
2010	6,4	5,1	0,8	7,5
2011	6,2	6,3	-0,5	3,9
2012	2,5	3,0	0,8	1,9
2013	3,4	2,6	1,3	3,0
2014	5,4	4,8	2,2	0,1
2015	8,1	7,3	-1,1	-3,8
2016	7,5	8,2		-3,4

2016: juro real = média até setembro; PIB = projeção IBRE/FGV.

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- A crise brasileira segue do reconhecimento pelos agentes econômicos que temos um problema de solvência
- Dívida que cresce tal qual bola de neve impossibilita o cálculo empresarial, e, portanto, produz forte queda do investimento
- Se nada for feito a inflação retornará e retornaremos aos anos 80 e 90
 - Vale lembrar que a inflação na Argentina roda na casa de 35-40%
 - E o governo tem tido muito dificuldade em lutar contra a inflação

- A enorme dificuldade de um ajuste fiscal:
 - Lógica da ação coletiva
- A PEC inverte a lógica ao disciplinar nosso conflito distributivo
- Por que não é eficaz iniciar o ajuste por meio de um aumento da carga tributária?
 - Dois motivos:
 - Desequilíbrio estrutural e crescente: aumento da carga posterga mas não resolve, e, portanto, não vira as expectativas
 - Problema inflacionário

A PEC E O CUSTO FISCAL DA DÍVIDA PÚBLICA

- A deterioração fiscal aumentou muito o custo de rolagem da dívida pública. A perspectiva de aprovação da PEC já reduziu o custo de um papel pré para 2030 de 16% para 11%
- Estudos que simularam “para trás” como evoluiria o gasto público se a PEC tivesse sido adotada nos últimos anos não consideram o impacto da PEC sobre a economia de juros
- Não consideram também o impacto da PEC sobre o crescimento econômico
- Se a PEC tivesse sido adotada nas últimas décadas o gasto com saúde e educação hoje seriam muito maiores

A PEC E O GASTO SOCIAL

- Com a receita em queda, corrigir pela inflação é um mecanismo de proteção da despesa desses setores em momentos como o atual, em que a forte recessão derruba a receita
- A constituição estabelece é o limite mínimo. Nada impede que o Congresso decida gastar mais que o mínimo, desde que aponte quais despesas vai cortar para acomodar aumentos na saúde e educação
- Nos últimos anos saúde e educação têm sido contempladas com valores muito superiores ao mínimo, na faixa de mais de 15 bilhões cada
- No caso da educação, o Fundeb está excetuado do limite de gastos
- Se a economia desabar e a renda continuar caindo e a inflação subindo, a demanda por serviços públicos de saúde e educação vai explodir, de modo que é preciso escolher entre ter um ajuste fiscal agora, que vai melhorar a vida de todos e permitir mais gastos no futuro, ou deixar a economia afundar e tentar remediar a carência social com aumentos marginais na despesa de saúde e educação, que não vão dar conta do tamanho do problema

O PROBLEMA DAS CONTAS ESTADUAIS

O DÉFICIT DAS PREVIDÊNCIAS ESTADUAS QUE TEM QUE SER COBERTO PELAS TESOUROS ESTADUAIS

UF	R\$ Milhões Nominais			
	2012	2013	2014	2015
AC	69	106	119	283
AL	607	620	796	937
AM	691	787	867	947
AP	20	46	46	63
BA	1.332	1.176	1.649	2.196
CE	802	1.003	1.038	1.222
DF	0	0	0	0
ES	1.165	1.342	1.564	1.652
GO	1.311	1.390	1.493	1.905
MA	433	459	538	585
MG	7.735	7.839	9.351	13.903
MS	551	706	767	1.434
MT	362	488	649	636
PA	1.331	1.548	1.739	2.071
PB	617	739	884	951
PE	1.066	1.194	1.735	1.847
PI	329	1.162	1.238	1.384
PR	3.716	4.053	4.177	4.344
RJ	5.251	4.912	4.974	10.841
RN	654	901	1.001	566
RO	38	17	17	0
RR	0	0	0	0
RS	6.147	6.792	7.629	8.971
SC	1.940	2.284	2.748	3.314
SE	489	605	896	653
SP	11.962	12.703	14.105	15.860
TO	0	0	0	508
Total Geral	48.617	52.874	60.020	77.073

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- É necessário lembrar que o primeiro resultado da constituição de 1988 foi a hiperinflação brasileira
- A melhora social somente começou a ocorrer quando estabilizamos a economia em seguida ao plano Real
- A PEC visa recuperar a capacidade fiscal do Estado brasileiro para que nós não percamos o que construímos até aqui
- Muito daqueles que hoje são contrários à PEC são os mesmos que foram contrários ao plano Real e à LRF